



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA**  
**ACTA Nº 5**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apreciação e votação do Orçamento e PPI para 2019 e Mapa de Pessoal para 2018 e 2019.

Ponto dois - Alteração da Tabela de Taxas da Junta de Freguesia.

Ponto três - Pedidos de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais

Ponto quatro – Apreciação da Atividade da Junta de Freguesia e informação financeira referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

A Assembleia iniciou-se com o período “antes da Ordem do dia”, tendo a Presidente da Assembleia procedido à leitura da correspondência recebida da junta de Freguesia da Marinha Grande, a desejar as Boas Festas.

De seguida procedeu-se à aprovação da Acta nº 4, de vinte e sete do mês de setembro de dois mil e dezoito, previamente enviada aos Srs Deputados, sendo aprovada por unanimidade.

O deputado Ilídio Carlos, não compareceu no início da sessão, tendo comparecido na mesma pelas 21 horas e 40 minutos.

De imediato se entrou no período “Ordem do Dia” com a apreciação dos seguintes pontos dos trabalhos desta Assembleia:

Ponto nº 1 - Apreciação e votação do Orçamento e PPI para 2019 e Mapa de Pessoal para 2018 e 2019.

O Presidente António André, passou a palavra ao Secretário para explicação dos documentos deste ponto. O Tesoureiro informou que no próximo ano os apoios concedidos pela Junta de Freguesia, vão ter definidos critérios para a atribuição dos mesmos, na revisão de abril do próximo ano. O secretário tomou da palavra para uma apresentação mais pormenorizada:

Refere que o Orçamento base para 2019, vai ter um aumento, para cerca de 154.000€, resultante do aumento das receitas correntes transferidas pelo Município com o novo Acordo de Execução.

Parte desse aumento, vai ser gasto no aumento dos custos de pessoal com à alteração do quadro de pessoal previsto pela lei dos precários. O pessoal da Junta precisa de estar regularizado, o que já deveria ter sido efetuado nos mandatos anteriores. A Junta não tinha um operacional efetivo para trabalhar na rua com máquinas nas reparações e limpezas. O pessoal a integrar no quadro, por concurso, são dois assistentes operacionais. Em 2019, abrir-se-á um posto de trabalho a termo certo, para assistente operacional.

Está previsto uma verba para prestação de serviços de jardinagem, caso a pessoa que se encontra de baixa profissional, não regresse ainda este ano. De resto, as despesas correntes estão distribuídas de forma mais ajustada, consoante as necessidades das atividades da Junta.

O aumento da receita que deriva do Acordo de Execução, proporciona alívio nas despesas correntes, para que a Junta passe agora a ter uma verba de cerca de 20.000€ nos orçamentos para despesas de capital, para poder realizar pequenas obras necessárias na freguesia. Para 2019, continua o executivo da Junta a apostar na pavimentação do Beco do Casal Velho e

requalificação de passeios que não avançou por falta da Câmara que não enviou o técnico desde setembro nem os materiais acordados.

As obras de maiores encargos continuaram a ser suportadas pela Câmara e se necessário for através de protocolos.

O Deputado Hugo Henriques, questionou como a Junta vai proceder se for solicitado algum apoio até abril, tendo o Secretário respondido que pelo histórico nunca são solicitados apoios nesse período, mas se tal acontecer o mesmo vai ser decidido depois de abril, com a aprovação dos novos critérios, com exceção do grupo de Carnaval

Após a apresentação e apreciação, passou-se para a aprovação do ponto nº 1, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto nº 2 – Este passou para número três, e número três passou para número dois.

Ponto nº 2- Pedidos de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.

O Presidente António André, referiu que estes compromissos são os necessários ao funcionamento da Junta de Freguesia ao longo do ano, como por exemplo, energia elétrica, seguros, combustíveis, telefones, internet e outros.

Após a apresentação e apreciação, passou-se para a aprovação do ponto nº 2, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto nº 3 - Alteração da Tabela de Taxas da Junta de Freguesia.

O Presidente António André, referiu que era uma alteração que já era para ter sido feita ao longo do ano, mas só foi feita agora porque também compramos uma fotocopiadora nova e fazia todo sentido diminuir o custo das mesmas. O tesoureiro Diogo Cardeira referiu que para serem alterados os preços antes também tínhamos de alterar o orçamento e também tínhamos a papelaria a praticar preços mais baixos e foi decidido acompanhar os preços praticados na papelaria.

A Presidente da Mesa da Assembleia questionou se as cópias que são pedidas pelas Associações da Freguesia, nomeadamente a São Silvestre, a Escola e o Clube são doadas, ao qual o Presidente António André respondeu que sim, para essas Associações.

Após a apresentação e apreciação, passou-se para a aprovação do ponto nº 3, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto nº 4 - Apreciação da Atividade da Junta de Freguesia e informação financeira referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

O Presidente António André referiu que estamos na presença de um relatório como nunca foi feito nesta Junta, o Secretário Jorge Marques fez um excelente trabalho na elaboração do mesmo, e quanto ao relatório está tudo que diz respeito à atividade da junta neste período. O Secretário Jorge Marques referiu que falta no relatório a referência às atas nº 24 de 8 de novembro de 2018, nº 25 de 22 de novembro de 2018, nº 26 de 13 de dezembro de 2018 e nº 27 de 19 de dezembro de 2018. Aproveitou para chamar à atenção da Assembleia que, com uma série de avarias na iluminação na rede da EDP, a população deveria alertar a Junta para a falta de energia elétrica pública. referiu também a rua da Sapinha é uma situação que o preocupa, o projeto que esteve viabilizado, não veio à acontecer por questões de exigências dos proprietários, cedência de terrenos, a Câmara em conjunto com a Junta abandonou essa ideia, para fazer simplesmente o arranjo da estrada, faixa de alcatrão, já houve cortes de árvores pelos proprietários, mas não está tudo resolvido.

O Deputado Hugo Henriques, começou por dar os parabéns ao secretário Jorge Marques, por o relatório vir melhor apresentado, e ao contrário que diz o Presidente António André o relatório podia ser melhorado e propõe mais uma melhoria, como por exemplo colocar

os custos dos trabalhos para fazer comparações. Mais uma vez o Deputado se referiu à rua da Sapinha, pois tinha sido prometida até ao final do ano, mas infelizmente não está.

O Deputado Ilídio Carlos questionou para saber, afinal de quem é a culpa da Rua da Sapinha não estar concluída, da Junta, da Câmara, da Presidente, dos Vereadores ou de todos, nós sabemos que a Junta de Freguesia não tem possibilidades, logo só pode ser da Câmara, mas temos de fazer pressão para serem mais eficazes.

O Deputado Paulo Marques, questionou para saber como estão os desenvolvimentos da Rua do Carvalho. O Presidente respondeu que o pessoal do Ambiente já lá esteve presente e também já reparou que algumas vezes está seco e outras não, mas a correr de outros lados, mas o assunto não está esquecido.

Fim deste ponto, passamos para o período do Público, tendo a Sr<sup>a</sup> Presidente da Mesa, dado a palavra ao Sr João Marques, que colocou três questões:

1<sup>a</sup> – Sobre o Orçamento da Câmara Municipal da Marinha Grande, gostava de saber que obras estão previstas no Orçamento de 2019 para a Freguesia da Moita;

2<sup>a</sup> – Previsão para a conclusão do Saneamento e passeios da Estrada nacional nº 242, e se há ou não projetos para ambos;

3<sup>a</sup> - Convocatórias da Assembleia da Junta de Freguesia, se as mesmas são colocadas no site da Junta de Freguesia.

A Presidente da Mesa, começou por explicar a 3<sup>a</sup> questão do Sr. João Marques, dizendo que o regulamento da Assembleia da Junta, não obriga à publicação no site, mas vai ficar registada essa solução.

Em relação à 2<sup>a</sup> questão, o Secretário Jorge Marques explicou que foi uma das nossas prioridades para 2018 o saneamento, e na última reunião com a Câmara, foi dito que havia urgência em terminar a 1<sup>a</sup> fase do projeto até ao final do ano, a questão dos passeios será para uma fase posterior, não sabendo ainda em que ano, ou seja uma fase dois do projeto, o que nós não conseguimos, quer por via da Câmara, política ou via técnica é identificar nos Orçamentos onde estão as verbas para essa conclusão e se formos ter em consideração aquilo que nos disseram, e se formos a acreditar, que é verdade o que nos dizem, o projeto deveria estar terminado, havia indicações para que todas essas diligências, pelo menos os projetos, tivessem feitos até ao final do ano, mas neste momento não temos informação por parte da Câmara.

Em relação à 1<sup>a</sup> questão, o Presidente da Junta, Sr. António André explicou que está em curso a fase de requalificação da Escola Primária, lançamento da obra da Rua da Olheirão em janeiro de 2019, Rua da Sapinha com projeto feito para executar em 2019 e uma verba de Dez Mil Euros para a execução de um projeto para um Gimnodesportivo.

Antes do final da Assembleia, a Presidente passou a palavra ao Secretário da Junta Jorge Marques, que começou por dizer que o assunto é "doloroso" e que têm há ver com situações recentes que já tinha falado com o restante executivo da Junta. Tomou a decisão em função de todos acontecimentos recentes. Não sai magoado com o restante executivo da Junta, foi sempre uma relação em crescendo, mas esta decisão de estar pelo partido e não pela terra são opções políticas que colidem com os meus princípios. Quando foi convidado para fazer parte do executivo na Junta, era para lutar por esta terra. As promessas e o modelo de gestão da Câmara comprometeram os princípios do Memorando de Entendimento que assinou com o Sr. António André ao não executar o que foi definido. Este modelo de não cumprir não faz parte dos seus princípios. O Sr. António continua a acreditar no adiar das obras, mas as situações que passaram e que conhecem, não justifica continuar ao lado das políticas e promessas do executivo permanente da Câmara.

Solicitou a transcrição da comunicação que leu em Assembleia.



*Exma. Senhora Presidente da Assembleia,*

*Venho por este meio informar V. Exa., de que pretendo denunciar o Memorando de Entendimento assinado por mim e o Sr. António André no dia 23/10/2017, com efeitos a 31 de dezembro de 2018, pelo fato de se ter verificado incumprimento do mesmo por parte do PS – Partido Socialista.*

*Esta minha tomada de posição fundamenta-se nas circunstâncias que passarei a descrever abaixo e que alteram a gestão desta autarquia.*

*Deste modo tenciono deixar o cargo de secretário desta junta de freguesia a partir do dia 1 de janeiro, regressando à Assembleia de Freguesia nessa data par dar continuidade ao meu mandato.*

*E mais solicito que esta comunicação fique transcrita em ata desta assembleia, dada a relevância administrativa e legal que a mesma importa.*

*Deste modo, clarifico os fundamentos que justificam esta minha decisão:*

*Desde que foi convidado, após as eleições, pelo Sr. Presidente António André para integrar a lista do executivo da Junta, e da qual apreciei a sua iniciativa, como tem sido evidente, executei as minhas funções como secretário de uma forma leal, dedicada, disponível, respeitando os interesses de todos os moitenses. Fi-lo com o interesse de ajudar a procurar o melhor para esta terra.*

*Para afirmar este compromisso, assinámos em 23 outubro de 2017, um Memorando de Entendimento, com um conjunto de prioridades de intervenção que aqui anexo para consulta dos interessados.*

*Neste executivo, sempre houve diálogo para procurarmos as melhores soluções para a gestão desta autarquia, apesar de algumas dificuldades iniciais em transmitirem-nos toda a informação necessária.*

*Ao mesmo tempo, os contatos institucionais com a Câmara, também foram no início satisfatórios. Em novembro de 2017, foram apresentadas as nossas prioridades ao executivo da Câmara Municipal para a Moita, onde foram elencadas e delineadas as obras e outros assuntos mais urgentes para resolver em 2018 e 2019.*

*A chegada do TUMG à Moita e o aumento das verbas transferidas da Camara para o orçamento da Junta, através do Acordo de Execução, foram sinais que nos deixaram*

esperançados.

No entanto, até à data de hoje, o Acordo de Execução não foi cumprido por parte do Município.

Apesar da nossa insistência através de vários contatos telefónicos e pessoais, envios de emails e reuniões que tivemos com o executivo da Câmara, e a sua equipa de apoio, para que um determinado conjunto de assuntos avançassem na Moita, nada foi feito.

No executivo da Junta fomos ficando cada vez mais desiludidos.

As promessas de que vão fazer, começaram-se a adensar no tempo e uma tremenda desorganização nas suas diligências sem resultados efetivos, levou a que ficássemos apreensivos à capacidade de execução dos trabalhos previstos.

O início das obras na Rua da Sapinha, na Rua do Olheirão, as diligências para o saneamento ao longo da EN 242, a compra dos lotes junto à igreja, os materiais para acabamentos de passeios e arranjo de valas, etc. foram-se adiando sucessivamente até ao ponto de agora estarem a ser transferidos para o orçamento de 2019.

Estamos à espera de um técnico da Câmara desde setembro para fazer um levantamento de áreas e descritivo dos trabalhos de uma pequena obra que a Junta quer lançar. Até hoje, estamos à espera.

Prometeram-nos em assembleia municipal a entrega de material para os passeios para a junta avançar com os trabalhos e até hoje estamos à espera.


Não é aceitável.

Num artigo de opinião que escrevi no Jornal da Marinha, na semana anterior às Comemorações do 33º Aniversário da freguesia, com o título "Comemorar e Refletir a Freguesia", já revelava os meus ensejos sobre as capacidades de resposta do executivo do município.

E chegado aqui, está a minha discordância e que me levou a uma tomada de decisão.

O orçamento da Câmara para 2019 não trás nada para a Moita, apesar de termos elencado uma listagem de prioridades. O que deveria ter sido feito em 2018 foi empurrado para 2019. O que estão a fazer agora já vem de anos anteriores. E depois há coisas tão absurdas como a Rua da Sapinha no Brejo de Água que devia estar concluída este ano, que nem sequer começou e vem, agora, com 10€ no orçamento para 2019.

O nosso Presidente, António André, apesar da boa pessoa que é e do bom relacionamento que

  
tenho por si, não posso estar de acordo consigo... na hora de votação deste orçamento para 2019 só tinha de demonstrar na Marinha o que demonstra aqui na Moita, que era o nosso descontentamento por não nos respeitarem com aquilo que nos prometeram.

Nem sequer fomos chamados a participar no orçamento, apesar das minhas tentativas de alerta e insistentes, para a situação. Pessoalmente, considero uma falta de respeito.

Apresentei ao meu executivo, a proposta de não aceitação deste orçamento para 2019. Disse que se fosse o MPM que estivesse a governar na Câmara, o meu princípio seria o mesmo: primeiro a nossa terra.

O nosso Presidente que tem assento na Assembleia Municipal em nome da freguesia da Moita, preferiu na votação estar ao lado do PS em vez dos moitenses.

Não concordamos, porque prejudica a Moita e fere os princípios do Memorando de Entendimento que assinamos onde tudo estava claro e acordado.

Lembramos que o memorando tinha o acordo da concelhia do PS e as cláusulas número I e número II foram desrespeitadas.

Por ter votado a favor deste orçamento prejudicial para a Moita perdemos a oportunidade única para que os moitenses se pudessem afirmar...

Sabemos o que tem sido consequentemente repetitivo com este executivo da Câmara: vão fazer, vão fazer... mas depois é só adiar, adiar, adiar..

O nosso Presidente tinha várias opções de demonstrar ao executivo desta Câmara o nosso descontentamento; podia ter votado abstenção, podia fazer-se representar e votar contra, podia faltar à assembleia municipal e não se fazer representar no voto.

Esta oportunidade, os moitenses não a deixavam passar...

A Moita está a perder por causa da não concretização dos compromissos que a Câmara não está a cumprir e vai adiando anos após anos.

Com este adiar continuo de obras, a Câmara tem retido aos Moitenses dinheiros dos seus contribuintes.

Foi assim nos mandatos anteriores com a conivência da Junta. Pensámos que poderia ser diferente, mas já temos provas que querem continuar a enganar os Moitenses. Conosco só podem contar se for para ajudar a Moita.

*Jorge Marques*  
A

*É uma marca deste executivo permanente da Câmara, não cumprir o que acorda. Interessantes sim, a política de mão estendida. Para nós os acordos são assuntos sérios.*

*Por isso, tenho muita pena e é com alguma mágoa e tristeza, mas feriram os meus princípios de lealdade, de sentido de compromisso e de cordialidade.*

*Os moitenses e todos os deputados que confiaram em mim irão entender esta posição.*

*Também os meus colegas do executivo e funcionários da Junta, por quem tenho grande estima e carinho, o irão entender.*

*Por isso denuncio este Memorando de Entendimento, com efeitos a 31 dezembro, de modo a concluir as tarefas de responsabilidade, que ainda se encontram pendentes.*

*António, pelo afeto e respeito que tenho pela sua pessoa, agradeço-lhe a sua iniciativa pelo convite que me dirigiu. Valeu a pena batalhar, mas há muitas coisas ainda que podem melhorar.*

*Podia ter havido mais energia, não ter medo de tomar as decisões que são necessárias...*

*Esta é uma forma de demonstrar ao executivo permanente da Câmara e à sua equipa que o acompanha, a indignação, como tem sido tratados os moitenses nesta terra.*

*Agradeço-vos o apoio e desafio-os a todos a terem, agora, ainda mais interesse pela nossa freguesia.*

*Desejo boa sorte para quem me vier substituir e quero dar forças ao António e Diogo para continuarem a lutar por esta terra.*

*Eu cá estarei, a partir de 1 de janeiro, noutra papel para contribuir naquilo que for necessário e dentro, das minhas possibilidades e lutar pelos interesses desta terra.*

*Jorge Marques*

*21 de dezembro de 2018*

O Presidente da Junta Sr, António André, referiu que já estava ao corrente da situação e estava convencido que o Jorge ainda voltava a trás, mas ele pensou muito e tomou esta decisão, ele têm as suas razões e razão em muita coisa e eu não tenho a dizer mal dele neste pouco tempo de executivo.

A Presidente da Mesa referiu que lhe restava dar os parabéns ao Jorge pela coragem que teve, pois não conhecendo o trabalho, mas penso que era uma mais valia para a Junta de Freguesia da Moita.

Nada mais havendo a referir, foi dada por encerrada a Assembleia pelas vinte e três horas e oito minutos de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai pela Presidente e Secretários ser assinada.

Moita, 21 de dezembro de 2018

A Presidente da Assembleia

*Carla Souto*

O 1º Secretário

*Henrique José Santos Roxo*

O 2º Secretário

*Mário dos Santos Branco*